

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NA REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (1983-1989)

Graziela Zambão Abdian Maia – UNESP/ MARÍLIA
graziela.maia@gmail.com

INTRODUÇÃO

Sander (1982) faz uma revisão histórica do estado de conhecimento da Administração da educação no Brasil no contexto evolutivo do desenvolvimento teórico da Administração pública brasileira e detecta a importação de receitas de Administração de outras realidades e a tentativa de aplicação na nossa realidade, ressaltando a Administração enquanto “processo universal, um instrumento neutro, uma tecnologia mecânica para resolver problemas com pesada carga cultural e política” (SANDER,1982, p.8). A revisão estuda a Administração da educação sob quatro enfoques diferentes: jurídico, organizacional, comportamental e sociológico. Apesar de constituírem fases distintas, o início de uma não determina o término da outra; os autores de uma fase podem apresentar indícios de outra e, muitas vezes, as fases são superpostas.

O enfoque jurídico marcou os estudos até a década de 1930 que tiveram como referência a tradição do direito administrativo romano, além dos valores do cristianismo e dos ideais do positivismo. Adotou-se o legalismo, uma das características básicas do direito romano, na análise administrativa, que enfatiza o sistema fechado de conhecimento da Administração, a ordem e prega a legislação antecipatória em oposição à legislação baseada na experimentação.

O enfoque organizacional, por sua vez, marcou o período de 1932 a 1960. A Administração da educação baseou-se nos princípios da Administração clássica e “na predominância dos técnicos que adotam soluções racionais para resolver problemas administrativos, em detrimento de seus aspectos humanos e sociopolíticos” (SANDER,1982, p.15). Os estudos, seguindo o raciocínio do autor, enfatizaram as características organizacionais do sistema administrativo e atribuíram pouco significado aos fatores sociais, econômicos e culturais que pudessem influenciar no andamento das organizações.

O terceiro período, comportamental, desenvolveu-se após a II Guerra Mundial e teve suas bases teóricas nas ciências do comportamento, corrente proveniente dos Estados Unidos da América. A principal característica dos estudos foi abarcar fundamentos da psicologia e da sociologia, influenciando demasiadamente a teoria da Administração da educação.

O último enfoque destacado, o sociológico, utilizou a ciência social nos estudos de Administração e de acordo com seus autores, “a eficiência da Administração se determina primordialmente pela atuação de variáveis políticas, sociológicas e antropológicas e apenas secundariamente pela atuação de variáveis jurídicas e técnicas” (SANDER,1982, p.21).

Para Sander (1982), mais importante do que destacar autores é revelar a presença de dois fatos que marcaram esta fase: a fundação e fortalecimento da Associação Nacional de Profissionais de

Administração da Educação – ANPAE (denominação anterior da Associação); e o estabelecimento dos cursos de pós-graduação. A proposta de criação da ANPAE foi de Antônio Python Pinto que, reunindo um grupo de professores de Administração escolar, sob a liderança de Querino Ribeiro fundou, em 1961, a Associação Nacional de Professores de Administração Escolar. Congregando especialistas e dirigentes de ensino de todo o país, tinha como objetivo inicial promover o desenvolvimento da teoria e da prática da Administração da educação, com a realização periódica de reuniões e simpósios e a publicação de trabalhos científicos.

Como forma de divulgação dos seus trabalhos, a Associação manteve: “Informativo ANPAE”, criado em 1962; “Cadernos de Administração Escolar”, com início em 1964; e a “Revista Brasileira de Administração da Educação”, com sua primeira publicação em 1983. Posteriormente, teve seu nome modificado para “Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação”. Atualmente, “Associação Nacional de Política e Administração da Educação”, tem como objetivo abarcar um número maior de participantes e apresentar-se também “como um espaço social de pesquisa, reforçando a sua histórica inscrição teórico-prática na socialização e democratização da educação”.ⁱ

Sander (1986) refletiu também sobre a possível relação entre as diferentes fases da história da Administração da educação e o compromisso da ANPAE.

Num primeiro momento, o compromisso dos integrantes estaria com a “eficiência” na organização do trabalho pedagógico, ao definirem, no I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, fevereiro de 1961, que

A Administração escolar supõe uma filosofia e uma política diretoras pré-estabelecidas; consiste no complexo de processos criadores de condições adequadas às atividades dos grupos que operam na escola em divisão de trabalho; visa a unidade e economia de ação, bem como o progresso do empreendimento. O complexo de processos engloba atividades específicas – planejamento, organização, assistência à execução (gerência), avaliação de resultados (medidas), prestação de contas (relatório) – e se aplica a todos os setores da empresa – pessoal, material, serviços e financiamento.” (I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, 1961 *apud* SANDER, 1986, p.15)

O autor destaca que entre a década de 1960 e 1970 houve uma rejeição aos princípios da Administração clássica e a ênfase no lado humano da organização e no lado psicossociológico da escola como instituição social. A relação entre o compromisso da ANPAE e a Administração da educação no Brasil é um compromisso com a “eficácia” comportamental para a consecução dos objetivos educacionais.

No último período, as ciências sociais começam a recuperar o espaço perdido na academia. Esta influência se consolida na ANPAE com o “IX Simpósio Brasileiro de Administração da Educação”, realizado em 1978, que estudou a Administração da educação no contexto das ciências sociais. O evento foi prosseguido, no ano seguinte, pelo “I Congresso Interamericano de Administração da Educação”,

tendo como pauta a relação entre política e Administração da educação no contexto da ciência social contemporânea. O novo compromisso da ANPAE com a Administração da educação é assegurado: “um compromisso com a efetividade política e a relevância cultural.”(SANDER,1986, p.19).

A presente pesquisa parte da premissa de que “os compromissos da ANPAE se situam historicamente em função da percepção e interpretação das aspirações e necessidades da educação nacional” (SANDER,1986, p.12); além disso, acredita que “a maioria dos intérpretes das perspectivas de Administração da educação adotadas no Brasil nas últimas décadas são reconhecidos líderes anpaeanos ou participantes ativos das atividades da ANPAE” (SANDER,1986, p.12).

Sem dúvida, fazendo parte de um passado recente e por (re)conhecer, a ANPAE construiu um capítulo da história da Administração da educação no Brasil. A razão que justificou o presente estudo foi exatamente a importância da Associação Nacional e também a necessidade de dar prosseguimento ao estudo efetuado no doutorado que constatou a contribuição de sua publicação no desenvolvimento de um pensamento original em relação às questões da Administração da educação no Brasil.

Os objetivos da pesquisa, continuidade à tese de doutorado (MAIA, 2000), concentraram-se em analisar a contribuição teórica em Administração da educação no Brasil publicada na RBPAE (1983-2000) das seguintes categorias: Política Educacional; Estado e Educação; Trabalho e Educação; selecionar, categorizar e analisar os artigos publicados na RBPAE entre os anos de 2000-2007; destacar os movimentos e tendências da publicação; analisar em que medida este pensamento contribuiu ou tem contribuído para a realidade brasileira; identificar as tendências recentes das publicações e a importância atual da ANPAE para a Administração da educação. Nesta comunicação, apresenta-se a análise das três categorias que foram integradas em uma única temática – Políticas públicas de Educação, entre os anos de 1983-1989.

A pesquisa trabalhou em uma perspectiva qualitativa, pois não se pretendeu realizar generalizações estatísticas e sim uma análise interpretativa e crítica do material coletado. Após o material selecionado e agrupado, trabalhou-se com a análise de conteúdo, pois se partiu do pressuposto que “[...] qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo” (BARDIN,1970, p.32).

A intenção não foi apenas a de utilizar procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, mas, sobretudo, realizar o tratamento das mensagens através da manipulação das mesmas para poder inferir conhecimentos sobre o emissor ou sobre o seu meio. Pretendeu-se “compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente desviar o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira” (BARDIN,1970, p.41), porque “a leitura efetuada pelo analista do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura à letra, mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano” (BARDIN,1970, p.41).

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NA RBAE (1983-1989)

É interessante apresentar breve contextualização dos autores, possível de ser construída com base em notas de rodapé construídas nos artigos e também mediante busca na Plataforma *Lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Dos 22 artigos publicados no período, apenas 4 apresentaram co-autoria, não foi possível identificar a predominância de um estado e/ou universidade/centro de pesquisa na publicação, há autores de Universidades Federais, estaduais e também representantes de órgãos governamentais, principalmente de Secretarias de Estado. Os estados identificados nos artigos foram: Paraná (UFPR); Bahia (UFBA); São Paulo (USP; Unesp e Unicamp); Ceará (UFCE); Rio de Janeiro (UFF); Mato Grosso do Sul (UFMS); Amazonas (Fundação Universidade do Amazonas). O que mais chamou a atenção foi o espaço que a publicação ofereceu para a coexistência de diferentes perspectivas teóricas, que acabaram por construir visão diversificada sobre as questões relacionadas à Política educacional.

No primeiro número publicado da Revista Brasileira de Administração da Educação há um único artigo de Leite e Barretto (1983), ambos docentes da Universidade Federal do Ceará. Os autores realizam estudo sobre a realidade da Secretaria de Educação do Estado e adotam o modelo teórico de Kahn (1964) para realizar as entrevistas com “informantes elementos de três escalões hierárquicos superiores da SE, delegados regionais, diretores de escola e dirigentes dos principais órgãos educacionais externos à Secretaria” (LEITE; BARRETTO, 1983, p.90). A análise do artigo evidencia aspecto importante para a área, qual seja a adoção do referencial teórico adotado no início da década de 1980 – da Administração científica – que foi sendo superado nos anos posteriores, principalmente a partir de 1986, com a publicação do livro de Paro (1986) e Félix (1989) já trabalhados em pesquisa anterior (MAIA, 2004).

No segundo número foram identificados quatro artigos com abordagens completamente diferentes. Gusso (1983) analisa a temática da repetência e déficit escolar, enquanto Melchior (1983) realiza abordagem crítica da política de financiamento e os outros dois artigos (MELLO; PFEIFFER, 1983; LENHARD, 1983) contemplam, respectivamente, aspectos referentes à alienação no trabalho e discussão de livro de Mello (1982) sobre a competência técnica e o compromisso político do magistério. Nos dois primeiros números publicados pela ANPAE, quando ainda a Revista destinava-se exclusivamente à Administração da educação (RBAE), nota-se uma integração entre a temática com as questões de Política educacional, envolvendo, principalmente, assuntos de financiamento e práticas de sistemas de ensino.

Os dois números publicados em 1984 apresentaram apenas um artigo referente à temática em questão, uma vez que a n.2 tratou-se de número monotemático, que inclui todos os trabalhos apresentados e discutidos no seminário *A Teoria e a Prática da Administração Universitária*, realizado em Gramado (RS), em junho de 1984 e organizado pela Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD). O artigo publicado trata-se do primeiro capítulo da tese de doutorado de Frigotto (1984, p.11), na qual o pesquisador procura efetivar um

(re)exame das relações entre educação e trabalho e educação e produção no interior do modo de produção capitalista” e também do “caráter circular das análises econômicas da educação que derivam da teoria do capital humano, seguindo o percurso da investigação que se desenvolve sob sua orientação.

O autor realiza uma proposta clara para a educação: “a superação da circularidade da teoria do capital humano implica na utilização de um método que veicule a ótica da classe interessada na mudança das relações sociais de produção vigentes”. Para Frigotto (1984, p.26), este método é o histórico-dialético, pois pode permitir o rompimento do senso comum e conduzir à consciência crítica, uma vez que “é a um tempo instrumento de produção do conhecimento do real e instrumento de intervenção prática neste mesmo real”.

Apesar de a RBAE ter publicado apenas um artigo sobre a temática, evidencia-se o rompimento com o referencial positivista de pesquisa, que trouxe, tanto para a Administração da educação como para as questões relacionadas à Política educacional, um novo referencial teórico, com raízes marxistas.

Em 1985 foram publicados dois textos em cada número, sendo que a n.1 trouxe um artigo no espaço destinado à divulgação de *Pesquisa* e outro no espaço destinado às questões *Em debate*.

Fletcherⁱⁱ (1985) realiza análise preliminar e sugestão para avaliação adicional sobre o assunto da repetência no ensino de 1º grau que, segundo ele, é um problema negligenciado da educação brasileira. O consultor parte da idéia que a estatística escola subestima a importância da repetência no ensino de 1º grau e “sobrestima” a incidência da evasão nas séries iniciais e propõe um modelo matemático do fluxo dos alunos como fonte alternativa de estimativas do tempo médio de permanência e proporção de alunos repetentes em cada série.

Boaventuraⁱⁱⁱ (1985), em perspectiva diferente, realiza revisão da literatura relacionada ao Direito Educacional e revela o estágio avançado do tema nos Estados Unidos da América, que contam com a colaboração dos tribunais na sua elaboração, a consistência da estrutura legal da educação e questões freqüentes como direitos e deveres de professores e de alunos. Boaventura (1985) conclui que no Brasil, “apesar da tradição do direito continental e do crescimento da ciência jurídica, constata-se que o Direito Educacional carece de sistematização” e que se poderá evoluir da Legislação de Ensino para o Direito Educacional, como demonstra o esforço de sistematização realizado por Di Dio (1982).

No segundo número, a RBAE publicou dois artigos, o de Kuenzer (1985), especificamente, teve como objetivo compreender o processo pedagógico que ocorre no cotidiano da fábrica com a finalidade de educar o trabalhador para o modo de produção capitalista. A autora realiza um estudo de caso em empresa automobilística e procura estabelecer a articulação entre o processo educativo que lá ocorre com a escola e com as relações sociais mais amplas, com referencial marxista.

Dias (1985)^{iv} faz uma apresentação breve das características do Brasil e dos Estados Unidos enfatizando suas histórias e organização dos respectivos sistemas de ensino. Baseando-se em Tyler (1983), o autor indica que com a influência de Portugal, o Brasil herdou a tradição educacional européia em que uma pequena elite recebe educação enquanto a maior parte da população é treinada para profissões específicas. Em relação aos Estados Unidos, Dias (1985) acentua a idéia que a centralização e o formalismo também marcam os seus sistemas escolares. E, ao indicar que a centralização foi um fenômeno tardio no país, aponta vários problemas originados dela, entre eles: falta de autoridade distributiva, dificuldade de se vivenciar a honestidade e “a falta de conhecimento necessário para assegurar a aquiescência nos níveis locais”. Dias (1985) não constrói uma conclusão comparativa entre os países e seus respectivos sistemas, mas uma de suas idéias finais aponta para a existência do formalismo como consequência da vivência da centralização da administração.

No ano de 1986, a ANPAE publicou os dois números comemorativos ao XIII Simpósio Brasileiro de Administração da Educação - “A democratização da educação e a gestão democrática da educação” - e apresentou cinco artigos, sendo dois relacionados à temática da Educação e Trabalho, dois sobre Educação e Legislação e um sobre uma experiência administrativa na Secretaria de Educação do Paraná.

Kuenzer (1986) apresenta texto com abordagem semelhante ao publicado no ano anterior, inclusive com referências aos dados da pesquisa que se constituiu em estudo de caso. O texto de Félix (1986) trabalha na mesma perspectiva do anterior, com referencial marxista, porém, aborda questão específica que é a reflexão sobre a formação do trabalhador de ensino: o professor. A autora defende que sejam encampados alguns pontos na conquista da democratização da educação e da gestão democrática, especificamente no funcionamento do Congresso Constituinte (1987), o que pareceu ser um idéia bastante defendida nos outros textos a partir deste ano. Merecem destaque: garantia do ensino fundamental com 8 anos de duração e obrigatório para todos os brasileiros; obrigação de o Estado assegurar o ensino fundamental para os que estão fora da faixa etária prevista na lei; aplicação exclusiva dos recursos públicos nos sistemas de ensino federal, estadual e municipal; controle a aplicação dos recursos públicos e na execução da política educacional em todos os níveis através de organismos colegiados democraticamente constituídos; definição de uma carreira nacional do magistério.

Enfim, a autora defende a necessidade de se delinear conteúdo concreto ao debate sobre a municipalização do ensino, uma vez que progressistas e conservadores têm feito a apologia dela e que não é possível perceber de forma definida as tendências políticas presentes no movimento atual dos dirigentes municipais.

Rosa; Giovannetti; Gelbcke (1986), representantes da Secretaria de Educação do estado do Paraná – coordenação dos núcleos Regionais, área de ensino central – exploram uma prática realizada na Secretaria de estado da Educação do Paraná, advinda de um processo de definição de uma estratégia política de um novo governo. Não cabe entrar nos detalhes da experiência, uma vez que foi

algo pontual em um contexto específico, mas cabe destacar que aquela Secretaria criou áreas de ensino nas unidades centrais e descentralizadas, com a finalidade de superar a postura tecnoburocrática e o tratamento fragmentado na ação educativa. As representantes apontam vários aspectos positivos que incidiram na reestruturação das relações entre órgão central e escolas, além da possível melhoria da qualidade de ensino.

Os dois últimos artigos publicados na RBAE de 1986 (n.2) referem-se à Educação, constituinte e Constituição e abordam questões interessantes para o momento histórico precedente à publicação da Constituição Federal, no qual se discutia, na ANPAE e na sociedade como um todo, questões relacionadas à democratização da educação e à gestão democrática da educação.

No n.1 da RBAE de 1987 foram publicados dois artigos, um na seção *Escola, Estado e Sociedade: fundamentos e questões da administração da educação* e outro no espaço *Tese em Destaque*.

O primeiro texto, intitulado “Escola e capitalismo de Estado” (MOTTA; PIZA, 1987)^v trata-se de conteúdo extenso e sem divisões de partes, o que tornou o artigo de difícil compreensão, uma vez que não apresenta, especificamente delimitados, introdução, desenvolvimento e conclusão. No entanto, é possível dizer que os autores se preocupam em discutir a ideologia da tecnoburocracia, tema principal analisado como classe social e em sua natureza e contexto, sua lógica e história contemporânea, fundamentando a compreensão da natureza e função da instituição escola no capitalismo de Estado. Os autores defendem a idéia que a escolarização contribui com a reprodução da força de trabalho e que a burocratização tem levado a um tipo de ensino e de administração escolar voltados para o controle do que se aprende e não para a qualidade desse aprendizado.

Kenski (1987) transcreve o resumo de sua tese de doutorado defendida na Alemanha e aborda, especificamente, a temática que paulatinamente ganhou expressividade na RBAE: descentralização e municipalização do ensino. Para ela, a descentralização, no Brasil, transformou-se de autonomia em delegação da execução de atividades referentes ao ensino primário, da União aos estados e municípios, em função da concentração do poder de decisão ao nível do governo federal. A pesquisadora concluiu que a descentralização do ensino primário serviu, historicamente,

como instrumento de apoio aos grupos detentores do poder no Estado, para assegurar a reprodução das relações materiais e sociais de produção, na especificidade da sociedade brasileira que no processo histórico tem desempenhado um papel subordinado no âmbito do sistema capitalista internacional (KENSKI, 1987, p.117).

No n. 2 de 1987, a RBAE publicou um texto sobre a temática que recaiu também sobre a municipalização. Ávila (1987)^{vi} traz opiniões, argumentos e sugestões para a polêmica da municipalização, sob a proposta de “gestão integral da educação no município”, com o objetivo de fomentar o debate e convocar a participação de todos.

O autor diz que a municipalização tem sido pensada como a transferência de encargos e serviços da União/estados aos municípios, sendo assim, ele discorda e afirma que

A essência da autêntica municipalização haverá de ser constituída pelo respaldado investimento no desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo de capacidade, condições e competência para que cada município (entendido como população + poder público local) diagnostique, tome decisões e gerencie respostas aos seus problemas, necessidades e aspirações em processo participativamente co-responsável e compatível com seu perfil, com justas diretrizes de unidade regional e nacional e com programas e projetos que extrapolem as dimensões municipais (ÀVILA, 1987, p.65).

Em 1988 foram publicados dois artigos na seção “Organização do Estado na Educação”. No primeiro, Sander (1988)^{vii} examina significado, limites e possibilidades da centralização e da descentralização na América Latina à luz de critérios de eficiência, eficácia, efetividade e relevância. Ao contrário do texto anterior, o autor levanta muitos questionamentos e poucas certezas e inicia cada tópico do seu texto com a conceituação dos critérios que propõe a discutir. Para ele, a centralização pressupõe que o poder reside predominantemente no governo central e o sistema descentralizado necessita de o poder ser distribuído em uma escala de agregações. O autor finaliza apontando sua preocupação com o processo de descentralização inadequadamente conduzido, que poderia, segundo ele, comprometer a equidade. Desta forma, ele defende que sejam feitos questionamentos sobre o assunto no sentido de desvelar o verdadeiro objetivo da descentralização e a que interesses ela serve. Para ele (1988, p.63), “é preciso preocupar-se, acima de tudo, com a razão de ser da educação e os fins do ensino e com a democracia como forma de mediação política e administrativa para a concepção e a consecução dos objetivos educacionais”.

Richardson (1988) analisa a evolução do ensino profissionalizante no Brasil – do início do período colonial até meados de 1980 -, os princípios e teorias sobre a relação Escola-Trabalho que têm orientado as políticas educativas nas últimas décadas. Ele propõe que a dinâmica histórica da educação pode desviar-se de uma correspondência geral entre Educação e Trabalho a partir de uma concepção de Estado e de Escola como lugar de conflitos entre capital e trabalho e entre frações de classe.

O autor realiza inúmeras críticas aos pressupostos dos defensores da Teoria do Capital Humano, entre elas merecem destaque: a educação não aumenta o nível geral de emprego; a educação não melhora o padrão do emprego; a educação não melhora a eficiência e a produtividade da mão-de-obra empregada; a educação não aumenta a mobilidade social e não facilita a mobilidade ocupacional; a educação não aumenta os níveis de renda dos trabalhadores uma vez que “os empregadores procuram ter uma quantidade de candidatos para cada ocupação, isto lhes permite dispor de maiores alternativas de escolha e controlar o crescimento dos salários” (RICHARDSON, 1988, p.77).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das sínteses realizadas no período, destacam-se alguns pontos que podem caracterizar a publicação na RBAE do primeiro volume/número ao ano de 1988, de promulgação da Constituição Federal do Brasil. Primeiramente, destacam-se os assuntos específicos trabalhados: repetência no ensino de 1º grau; financiamento da educação; trabalho e educação; estudo comparado Brasil-Estados Unidos; Constituinte e educação; Descentralização/centralização – municipalização. Destes, a predominância, em termos quantitativos, está nos textos que analisam a relação Trabalho e Educação e todos abordam o assunto com o referencial marxista, sendo autores reconhecidos em âmbito nacional e internacional (FRIGOTTO; KUENZER; FÉLIX).

Identificou-se também que nos primeiros anos (1983,1984) houve textos com referencial teórico da Administração empresarial, mais especificamente a abordagem sistêmica, o que foi eliminado a partir de 1985. Coexiste a publicação de textos sob autoria de pesquisadores de Universidades – federais/estaduais – e de representantes de órgãos do governo.

No final do período, predominam textos que abordam as temáticas da Constituição e da relação centralização x descentralização. Os artigos que contemplam a primeira enfatizam a necessidade de o Estado garantir a obrigatoriedade escolar, além da importância da participação da sociedade na construção do texto constitucional. Os artigos que contemplam a relação centralização x descentralização, exceto um deles (ÁVILA, 1988), apresentam poucas certezas e muitos questionamentos sobre a efetividade da municipalização para a melhoria da qualidade de ensino da escola pública.

ⁱ Apresentação da Presidente Nacional da ANPAE, em 1998, - Profª Regina Vinhaes Gracindo, no Relatório geral da “Série Estudos e Pesquisas”, nº1.

ⁱⁱ Representante da OIT no CNRH-SEPLAN. Em pesquisa na internet, foi possível identificar as siglas, mas não com a certeza que se tratam do que foi encontrado, dada a desproporcionalidade temporal:

OIT – Organização Internacional do Trabalho;

CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento.

ⁱⁱⁱ Professor da Universidade Federal da Bahia e Secretário de Educação da Bahia.

^{iv} Professora da Universidade de São Paulo.

^v Respectivamente: Professor titular da Fundação Getúlio Vargas (EAESP) e Professor Livre-Docente da Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação e Mestrando da Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresa de São Paulo.

^{vi} Autor não especificado no texto, porém, de suas colocações foi possível inferir que é de Alagoas.

^{vii} Na época, Professor Titular da Universidade Federal Fluminense e Fundação Universidade de Brasília.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, O desenvolvimento da gestão integral da educação no município. **RBAE**, v.5, n.2, 1987.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOAVENTURA,. A contribuição da revisão da literatura à sistematização do direito educacional. **RBAE**, v.3, n.1, 1985.

-
- DIAS, J.A. O contexto cultural da política educacional: Brasil e Estados Unidos. **RBAE**, v.3, n.2, 1985.
- FÀVERO, O. Educação e Constituinte. **RBAE**, v.5, n.1, 1986.
- FÉLIX, M.F. C. A escola como ambiente de trabalho e de formação do trabalhador. **RBAE**, v.4, n.1, 1986.
- FLETCHER, P. A repetência no ensino de 1º grau: um problema negligenciado da educação brasileira. **RBAE**, v.1, n.2, 1983.
- FRIGOTTO, G. Educação como capital humano: uma teoria mantenedora do senso comum. **RBAE**, v.1, n.2, 1983.
- GUSSO,. Escolarização e déficit escolar: os fatos e as versões **RBAE**, v.1, n.2, 1983.
- KENSKI, S.M. A municipalização do Estado Básico no Brasil. **RBAE**, v.5, n.1, 1987.
- KUENZER, A. As relações de produção e a educação do trabalhador. **RBAE**. V.3, n.1, 1985.
- _____. Educação e trabalho: questões teóricas. **RBAE**, v.4, n.2, 1986.
- LENHARD, R. A qualidade do ensino elementar, o professor e a política. **RBAE**, v.1, n.2, 1983.
- LEITE; BARRETO. O comportamento institucional da Secretaria de Educação do Ceará. **RBAE**. V.1, n.1, 1983.
- MAIA, G.Z.A. As publicações da ANPAE e a trajetória do conhecimento em Administração da Educação no Brasil. **Tese** (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista, 2004.
- MELCHIOR,. Financiamento da educação no Brasil: algumas questões atuais. **RBAE**, v.1, n.2, 1983.
- MELLO, PFEIFFER. Alienação no lugar de trabalho; uma análise de trajetória. **RBAE**, v.1, n.2, 1983.
- MOTTA, F.C. P.; PIZZA,. Escola e Capitalismo de Estado. **RBAE**, v.5, n.1, 1987.
- PARO, V.H. **Administração escolar**: introdução crítica. SP: Cortez, 1986.
- RICHARDSON, R.J. A intervenção do Estado e as relações escola-trabalho no Brasil. **RBAE**, v.6, n1, 1988.
- SANDER, B. **Administração da educação no Brasil**: evolução do conhecimento. Fortaleza, Edições UFC, 1982.
- SANDER, B. A ANPAE e o compromisso com a Administração da educação no Brasil. **RBAE**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 12-26, jan./jun. 1986.
- _____. Centralização e Descentralização na Administração da Educação na América Latina. **RBAE**, v.6, n.2, 1988.